

INSUBORDINAÇÃO CRIATIVA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Tatiane Marinho Maciel¹; Izabel Cristina Cruz de Lima²

¹Professora da Educação Infantil, docente efetiva do município de Itaitinga- CE, Brasil, e membro do grupo de estudos G-TERCOA/UFC/CNPq, e-mail: tatianemarinho1196@gmail.com

²Professora da Educação Infantil, docente efetiva do município de General Sampaio- CE, Brasil, e-mail: profizabel26@gmail.com

Introdução

A Educação Infantil constitui um espaço fundamental para a construção das primeiras referências identitárias, sociais e culturais das crianças. Nesse período da vida, as interações e experiências vividas no ambiente escolar contribuem significativamente para a formação de percepções sobre pertencimento, diferença e respeito à diversidade (BRASIL, 2009, p. 12).

No contexto educacional brasileiro, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, instituída pela Lei 10.639/2003 e ampliada pela Lei 11.645/2008, representa um importante marco na consolidação de uma educação comprometida com a valorização das matrizes culturais que constituem a diversidade social brasileira e dialogam diretamente com os princípios éticos, políticos e estéticos a serem desenvolvidos na Educação Infantil (BRASIL, 2013). Entretanto, pesquisas na área da educação indicam que a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à formação docente, à resistência institucional e à construção de práticas pedagógicas sistemáticas voltadas à educação das relações étnico-raciais (SANTOS; MEIRA, 2019).

Gomes (2017) destaca que a construção de uma educação antirracista exige o reconhecimento como fenômeno estruturante da sociedade brasileira, que demanda ações pedagógicas intencionais para valorizar as identidades negras e indígenas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a atuação docente assume papel central na promoção de práticas educativas que contribuam para a valorização da diversidade e para o enfrentamento das desigualdades raciais desde a infância.

Freire (2019) explica que a educação pode ser compreendida como um processo que possibilita aos sujeitos desenvolverem uma leitura reflexiva da realidade social, favorecendo sua participação ativa na transformação do contexto em que vivem. Assim, a prática educativa pode assumir diferentes funções, como contribuir para a reprodução das estruturas sociais existentes ou favorecer processos formativos voltados à autonomia, a consciência crítica e a transformação social.

D'Ambrósio e Lopes (2015) trazem o conceito de Insubordinação Criativa, que vai de encontro à atuação docente como uma prática ética reflexiva e comprometida com o direito à aprendizagem, especialmente, quando os professores mobilizam estratégias pedagógicas que tencionam normas ou práticas institucionais limitantes em relação ao desenvolvimento pleno dos estudantes ou à inviabilização da diversidade cultural presente no ambiente escolar. Desta

forma, torna-se relevante problematizar: de que maneira a Insubordinação Criativa pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil, especialmente, no que se refere à implementação efetiva do ensino das relações étnico-raciais?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a Insubordinação Criativa como prática pedagógica antirracista na Educação Infantil, discutindo seus desafios e possibilidades no ensino das relações étnico-raciais. Os objetivos específicos são: compreender os fundamentos teóricos que sustentam a Insubordinação Criativa das crianças; refletir sobre os desafios presentes no cotidiano escolar para a efetivação de uma educação antirracista e apontar possibilidades pedagógicas que favoreçam a valorização da diversidade étnico-racial desde a primeira infância.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa descritiva, do tipo estudo de caso, realizado em uma creche pública da rede municipal de ensino de Itaitinga, Ceará. A abordagem qualitativa mostra que o “conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz, por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2013, p. 19). A escolha por essa abordagem de pesquisa buscou compreender percepções, experiências e desafios vivenciados por professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas à educação das relações étnico raciais, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas educativas.

Os critérios de seleção dos sujeitos consideraram a atuação na creche como professora de crianças de um a três anos e a presença da educação antirracista nas práticas pedagógicas. Assim, participaram deste estudo cinco professoras de Educação Infantil, as quais desenvolveram atividades relacionadas ao letramento étnico-racial, conforme previstas no planejamento pedagógico da instituição. A participação ocorreu de forma voluntária, seguindo-se a ética da pesquisa, sendo garantido o anonimato das participantes, as quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Gil (2008) indica vários instrumentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa, no entanto, para este estudo, foi utilizada a entrevista semiestruturada seguindo um roteiro composto por dez questões abertas sobre planejamento das atividades de letramento étnico-racial, estratégias pedagógicas utilizadas, dificuldades encontradas no desenvolvimento educativo e percepções sobre a importância de abordar essa temática na educação infantil.

A análise dos dados baseou-se em Minayo (2013), por meio da interpretação do discurso das participantes, em que buscou-se identificar desafios e possibilidades presentes no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial na educação infantil. Além dos documentos legais que versam sobre a educação brasileira, alguns autores contribuíram para o processo de análise, tais como Freire (2019), com a pedagogia crítica, D’Ambrósio e Lopes (2015) com o conceito de Insubordinação Criativa e Gomes (2017), com os estudos sobre as relações étnico-raciais.

Resultados e Discussões

A partir da análise do discurso das professoras da creche em estudo foram identificados quatro eixos principais de discussão: planejamento institucional, estratégias pedagógicas, desafios na implementação e formação docente. O planejamento das atividades relacionadas ao letramento étnico-racial na rotina escolar segue orientações da Secretaria Municipal de Educação.

incluindo o projeto “Conhecendo nossas raízes afro-indígenas”, com temáticas mensais voltadas à valorização das matrizes culturais brasileiras, contemplando aspectos como brincadeiras afro e indígenas, ancestralidade e costumes culturais.

Essa organização evidencia a presença institucional da temática no planejamento escolar, em consonância com as diretrizes nacionais que orientam a inclusão da educação das relações étnico-raciais no currículo escolar. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, esse trabalho deve ser desenvolvido no âmbito das instituições de ensino por meio de conteúdos, competências e valores que promovam o reconhecimento da diversidade cultural e o enfrentamento do racismo (BRASIL, 2004).

Gomes (2017) afirma que a escola possui papel fundamental na construção de práticas pedagógicas que valorizem as identidades negras e promovam o enfrentamento das desigualdades raciais no contexto educacional brasileiro. Evidenciou-se que as estratégias pedagógicas lúdicas utilizadas pelas docentes contemplaram pintura de imagens relacionadas à cultura africana, exploração de grafismos, confecção de bonecas *Abayomi*, brincadeiras tradicionais indígenas, como a peteca, rodas de conversa, contação de histórias com temática afro-indígena, além do uso de imagens, objetos e músicas. Essas estratégias são consideradas acessíveis e significativas para as crianças ao compreenderem o assunto abordado.

Freire (2019) compreende a educação como um processo capaz de promover a reflexão crítica sobre a realidade social e contribuir para a construção de relações mais justas e igualitárias. Neste sentido, as professoras entrevistadas reconhecem a importância da educação antirracista, ressaltando que o trabalho com essa temática contribui para o desenvolvimento da identidade das crianças, para a valorização da diversidade cultural e para a promoção do respeito e da igualdade. Essa compreensão também está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que definem a criança como sujeito histórico que constrói sua identidade pessoal e coletiva nas interações e experiências vividas nos espaços educativos (BRASIL, 2010, p. 14).

Quanto aos desafios de trabalhar com as questões étnico-raciais, as professoras apontaram para a escassez de materiais didáticos adequados para o desenvolvimento das atividades, visto que, muitas vezes, é necessário buscar materiais em meios digitais e realizar impressões para possibilitar o trabalho com as crianças. Essa realidade mostra um distanciamento entre as orientações das políticas educacionais e as condições concretas de trabalho nas instituições escolares. Conforme estabelecem as diretrizes nacionais, “os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários” (BRASIL, 2004, p. 32).

Além das dificuldades relacionadas aos recursos pedagógicos, algumas crianças não se reconhecem ou não se identificam com suas próprias características físicas, evidenciando questões relacionadas à construção da identidade e ao sentimento de pertencimento cultural. Esse aspecto reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento positivo das diferenças e o fortalecimento da autoestima das crianças (BRASIL, 2009). Outro ponto preocupante é que as professoras não se sentem plenamente preparadas para trabalhar a temática das relações étnico-raciais na Educação Infantil. Algumas tiveram contato com a temática apenas na formação inicial, limitada à legislação, sem o devido aprofundamento em práticas pedagógicas voltadas à aplicação no cotidiano escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ressaltam a responsabilidade dos sistemas de ensino na garantia de condições adequadas para o desenvolvimento dessas práticas, destacando que:

Caberá aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (BRASIL, 2004, p. 32).

Nesse contexto, a busca das professoras por alternativas pedagógicas e por novas formas de desenvolver as atividades etno-raciais se encaixa no conceito de Insubordinação Criativa (D'AMBROSIO; LOPES, 2015), que compreende a atuação docente como uma prática reflexiva e ética capaz de reinventar estratégias pedagógicas diante das limitações institucionais. Entretanto, torna-se fundamental a ampliação das formações continuadas para fortalecer as práticas pedagógicas que promovam o reconhecimento da diversidade cultural e a construção de uma educação comprometida com a equidade racial.

Conclusões

O trabalho com o letramento étnico-racial na Educação Infantil constitui um elemento fundamental para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade e com o enfrentamento das desigualdades raciais no contexto escolar. Embora haja o reconhecimento da importância dessa temática no processo educativo, ainda persistem desafios relacionados às condições institucionais, à escassez de materiais didáticos e às lacunas presentes na formação docente.

No cotidiano da creche em estudo, as professoras desenvolvem estratégias pedagógicas que favoreçam o contato das crianças com diferentes referências culturais, utilizando atividades lúdicas, contação de histórias, brincadeiras e produções artísticas que contribuem para a construção da identidade das crianças e para o fortalecimento de valores como respeito, reconhecimento e valorização da diversidade, aspectos essenciais para a consolidação de uma educação antirracista desde a primeira infância.

Identificou-se que a efetivação dessas práticas ainda enfrenta limitações relacionadas à formação inicial e continuada dos docentes, bem como à necessidade de maior apoio institucional para a implementação das orientações presentes nos documentos oficiais que tratam da educação das relações étnico-raciais. Nesse cenário, torna-se evidente a importância de ampliar espaços de formação e de reflexão pedagógica que possibilitem aos professores aprofundarem conhecimentos teóricos e metodológicos sobre a temática.

Conclui-se que a Insubordinação Criativa é uma possibilidade de ação docente capaz de favorecer a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às questões étnico-raciais, ao reconhecer a autonomia e a reflexão crítica dos professores diante das limitações institucionais. Essa abordagem contribui para a criação de alternativas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam experiências educativas comprometidas com a equidade racial desde a Educação Infantil.

Palavras-chave: educação infantil; letramento étnico-racial; insubordinação criativa; educação antirracista.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em:

<<https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdfqd_c_n_educaca_basica_no_va.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

D'AMBROSIO, Beatriz Silva; LOPES, Celi Espasandin. **Insubordinação criativa: um convite à reinvenção do educador matemático**. Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro (SP), v. 29, n. 51, p. 1–17, 2015. Disponível em:

<<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/8564/6584>>.

Acesso em: 03 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 91ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, E. P.; MEIRA, L. C. **Os desafios da educação das relações étnico-raciais e a formação de professores para a educação infantil**. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores. Vol. 11, nº. 22 (p. 13-20) 30 dez. 2019.

Disponível em: <<https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/256>>.

Acesso em: 07 mar. 2026.

